

AS TRANSFORMAÇÕES DA SENSIBILIDADE

Wedencley Alves*

Resenha do livro HAROCHE, Claudine. *A condição sensível: Formas e Maneiras de Sentir no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2008. 240 p. Apresentação de Joel Birman. Tradução de Jacy Alves de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Título no original: *L'Avenir du Sensible: Les sens et les sentiments en question*.

Longe dos objetos que, majoritariamente, preocuparam as teorias sociais e políticas ao longo do pensamento moderno, o corpo, a relação entre corpos, a lida do corpo com o espaço e com o tempo, a função do sensível, antes do inteligível, na constituição formal do pensamento, são alguns dos temas que a historiadora Claudine Haroche traz ao debate no livro *A Condição Sensível: Formas e Maneiras de Sentir no Ocidente*.

A obra encontra-se na esteira dos trabalhos da autora francesa e parcerias na interrogação do gesto e da face como lugares de materialização de sentidos constituídos historicamente (como em *Histoire du visage: exprimer et taire ses émotions*, com De Jean-Jacques Courtine, 2007, e *Da Palavra ao Gesto*, 1998); e, ao mesmo tempo, aponta para transformações do sensível desencadeadas na contemporaneidade e, principalmente, nas democracias modernas, nas sociedades complexas, de fluxos ininterruptos de informações e de efeitos.

Ao longo do livro, com prólogo, doze capítulos e mais conclusão,¹ Haroche delinea, mais do que reafirmações do que já previra no esteio das suas pesquisas históricas, novas formas de interrogação, de perguntas, sobre o que acontecerá com o pensamento, e, ato contínuo, com as próprias subjetividades, à medida que o sensível e a sensibilidade vão sendo transformados.²

Passemos, capítulo a capítulo, a tentar compreender que questões, muitas delas inaugurais, são essas. Já no prólogo, Haroche recorre a Pierre

* Grupo EPOS, IMS-Uerj e Facom-UFJF.

Legendre para estabelecer como tema mais geral a fluidez dos laços e a supressão dos limites entre os “eus” na contemporaneidade. Diagnóstico inicial das transformações na esfera dos sentidos corporais, a autora afirma que este fenômeno atualíssimo pode acarretar estados de indistinção entre indivíduos, entre os corpos, entre as subjetividades, levando-nos à indiferenciação (p. 21).

Pode parecer um tanto quanto perturbador que o ideário das democracias modernas, que festeja, como sinal dos tempos, a absoluta transparência dos sujeitos, a superação das hierarquias, a comunicabilidade instantânea entre os indivíduos, sem distância no tempo e no espaço, possa apresentar-se como um problema para Claudine Haroche. Mas é no percurso do seu escrito que a autora vai mostrando, passo a passo, como as transformações dos padrões de distância entre os indivíduos, e de tempo, forma e espaço de pensamento, que constituíram aquilo que podemos pensar como o sujeito da modernidade, são tanto marcas constitutivas das democracias modernas, quanto seus próprios riscos de destituição.

O leitor de *Condição Sensível* pode hesitar ante o tom provocador e um tanto quanto pessimista da autora face a estas transformações. Mais atento, perceberá, no entanto, que o tom adotado é sempre modalizado: não há um capítulo em que Haroche não coloque entre aspas as possibilidades de destituição das formas tradicionais do pensamento, (e, portanto, das democracias modernas ocidentais), com o qual nos acostumamos. Ela trabalha com possibilidades, plausibilidades, mas não com fatalismos.

É ilustrativa nesse ponto a discussão sobre o processo de indiferenciação e indistinção dos sujeitos contemporâneos, perceptível quando padrões de postura e deferência nos gestos e nas maneiras do ser, instituídos concomitantemente ao nascimento do Estado Moderno (no que recorre ao pensamento de Norbert Elias), vão sendo substituídos.

Haroche mostra que, duas culturas, cada uma a seu modo, a francesa e católica, e a anglo-saxã e puritana, empreendem dois caminhos distintos, mas curiosamente coincidentes, para a constituição do modo de ser do sujeito do Ocidente, que encontra no “governo de si” a base primeira para o “governo dos outros”, o que fundamenta novas relações de poderes em substituição paulatina àquelas constituídas por séculos na Europa medieval. Ousamos a citação mais extensa, em nome da fidedignidade ao pensamento da autora:

Os tratados humanistas de civilidade (séculos XVI a XVIII), os escritos puritanos (séculos XVI e XVII) e os manuais de educação de princípios reconhecem uma mesma exigência: o controle e domínio de si, entendidos como disposições necessárias ao governo da família e ao governo político do Estado. Um e outro contribuíram para formar a civilização dos costumes que marcou a França e os países anglo-saxões, apesar de diferenças que permitem entrever as especificidades das formas de sociabilidades e de culturas políticas no mundo anglo-saxão e puritanos, de um lado, e no francês e católico, do outro. Uma relação com si mesmo que insiste na parte de cada um na formação de si, um espaço interior de autonomia de responsabilidade, um rigor moral relativo às vidas privada e pública, e uma injunção à transparência das condutas marcariam, em especial, a tradição anglo-saxã. A tomada da consciência da aceitação ou, ao menos, da existência de regras que não se aplicam com o mesmo rigor aos comportamentos privados e aos comportamentos públicos, um espaço interior subordinado à existência de uma hierarquia eclesiástica, uma divisão mais nítida entre comportamentos públicos e condutas privadas, e uma necessidade mais marcada de opacidade dos indivíduos caracterizariam melhor a tradição católica (p. 34).

Haroche inicia assim uma *arqueologia dos hábitos corporais e sua função na governabilidade* (com Mauss, Hertz e Halbwachs), para entender o papel dos gestos no fundamento das instituições políticas, aquelas mesmas caudatárias do Estado Moderno.

A princípio, pode parecer que a preocupação de Haroche dá-se em relação de exterioridade a toda discussão acerca do pensamento verbalizado, que sempre, para as teorias sociais e políticas, foi o foco de preocupações. A autora, no entanto, afasta esta possibilidade: a *gesta*, narrativa, a epopeia civilizatória, não pode ser pensada sem atenção ao gesto, vistos como um e mesmo movimento de constituição do modo de ser do homem ocidental moderno.

Os gestos na base das instituições levam a laços negligenciados, esquecidos, ao restabelecimento de uma continuidade entre a *gesta* – epopeia, relato, história -, que considera, integra gestos individuais e coletivos, e os gestos, condutas corporais, individuais, de cada um. Com efeito, é preciso considerar os gestos que estruturam, simbolizam, materializam, ilustraram a *gesta* como elementos fundadores das instituições jurídicas e políticas, e então tentar precisar o papel das posturas, das atitudes, dos movimentos nos modelos de comportamentos coletivos e nos sistemas institucionais, jurídicos e políticos, tanto passados quanto contemporâneos (p. 51).

Preocupações semelhantes, esta atenção aos discursos silenciosos dos corpos e das faces, vêm marcando a obra da autora, sempre voltada a recuperações históricas dos modos de ser no Ocidente. Neste trabalho, estas

recuperações se dão numa narrativa de base para o entendimento do futuro que se desenha. O terceiro capítulo (“O comportamento de deferência: do cortesão à personalidade democrática”) marca esta passagem para um olhar mais prognóstico.

É com Alex de Tocqueville que Haroche busca compreender uma contradição constitutiva das democracias: ao destituir a diferença, na medida em que os sujeitos não mais se submetem às marcas distintivas próprias às sociedades cortesãs, justamente porque são embevecidos de autoestima e autovalor, a personalidade democrática, ao mesmo tempo, herda para si o orgulho próprio, muitas vezes a arrogância, a desatenção ao outro, que marcava o nobre. É realmente uma questão de medida: até quando a conquista de um espaço de insubmissão e de igualdade, não faria de cada sujeito um cortesão de si mesmo?

Ora, a deferência, quer recorra da amabilidade, da urbanidade, do prazer das maneiras suaves e agradáveis, quer participe de um mecanismo sociológico, comporta uma parte intrínseca e irredutível de atenção (autêntica e aparente), que pode ser mal utilizada nas democracias. Desatenção, pressa e orgulho próprio, autoestima que se alimenta do olhar dos outros, e que se exprime na preocupação com a independência, na afirmação da autoconfiança e, em seguida, na arrogância e na autossuficiência, valorizam de forma excessiva a apresentação de si. A sociedade democrática, que tolera e promove a desatenção, pode, então, encorajar ou, ao menos, deixar que se instale – a indiferença, a inércia. Daí em diante, são esses os perigos que ameaçam as democracias (p. 66).

Haroche termina com essa provocação a Parte I de seu trabalho. E inicia a segunda parte discutindo como o incremento da informalidade, ou seja, a ruptura dos atos e ações cerimoniais, os padrões de deferência, a perda da moderação, se, por um lado, pode ser visto positivamente como anulação das hierarquias, por outro, pode trazer perigos para a própria democracia. E isso é uma contradição fundante, indelével nas sociedades modernas, urbanas, complexas.

No capítulo “Direito à Consideração. Notas de uma antropologia política e história”, Haroche acompanha Jean Cohen para afirmar que “Para que a consideração e o respeito sejam assegurados, ele insiste na necessidade que se garanta e proteja a integridade, haja vista a importância que o espaço interior ou foro íntimo tem para cada indivíduo” (COHEN, 1996).

Ora, é justamente a esfera privada, desses sujeitos cada vez mais transparentes e pouco formais, que vai perdendo garantia. O que abre um franco perigoso para que o não reconhecimento da pessoa se instaure, com consequências na supressão da polidez, e a violação dos espaços íntimos. A autora vai afirmar no capítulo seguinte, “Formas e maneiras na democracia”, que ocorre hoje

Um enfraquecimento e declínio das formas e maneiras, do que ora denominamos civilidade ou polidez, ora cortesia ou urbanidade, *pari passu* um progresso do informal, acompanhado de ascensão da insignificância (CASTORIADIS, 1996). De um processo de desinstitucionalização (LEGENDRE, 1999) e descivilização, observado por Norbert Elias (1989) em relação ao século XX, ou ainda de um desengajamento geral (GAUCHET, 2002) (p. 90).

A familiaridade, a grosseria, a brutalidade, a violência, o progresso do informal, a decadência das formas e mesmo o excesso de informalidade, afirma Haroche, situam-se “no cerne de interrogações fundamentais a respeito das sociedades democráticas ocidentais”. Afirmação que permite chegar a um diagnóstico perturbador de uma questão paradoxal: “Ao proceder de causas simultâneas ou desconexas, esse declínio ou decadência constitui uma ameaça profunda ao desenvolvimento destas sociedades, afetando a própria ideia de democracia e, até mesmo, de organização social” (p. 90-91).

Identificação e intolerância

A diferença estabelecida por Bauman entre os modos de identificação de grupos em *comunidades éticas* e *comunidades estéticas* é trazida por Haroche para a discussão de alguns sintomas contemporâneos. A autora relembra, com Bauman, o caso de certa juventude na Alemanha entreguerras, e sua forte adesão ao nazismo, para compreender como, aspecto tão comum hoje, a afinidade exclusivamente estética entre grupos pode ser a raiz de novos movimentos de intolerância

O desencaminhamento, sugere Haroche, do espírito corporativo aparece como efeito “inelutável da extensão da comunidade estética, que, reforçada por contínuas solicitações sensoriais, pela onipresença das telas nas sociedades contemporâneas, amplia o *isolamento corporal* e também o social e psíquico” (p. 116).

O recurso a um caso específico na história, a juventude nazista, não pressupõe uma repetição de contextos, evidentemente, mas alguns riscos que se encontram no cerne das sociedades atuais, que submetem os sujeitos, seu corpo e sua representação, a sensações contínuas, sem o tempo necessário de reflexão para seu processamento, o que evoca um automatismo reflexo, a compulsividade e, por consequência, a lassitude e a fadiga crônica, com efeitos de dessubjetivação e dessimbolização (p. 116).

Incomoda-nos abordagens um tanto quanto despreocupadas de alguns autores sobre as estéticas da existência contemporânea. Em vez disso, Claudine Haroche põe o foco dramático necessário sobre os processos de autoprodução contínua do corpo, “em que a extensão corporal, ao provocar a recusa dos limites, apresenta-se como algo indissociável de uma relação ora formal, ora indistinta com o outro”. Vai mais longe a autora:

Os desequilíbrios sensoriais relacionados ao declínio do contato e à perda geral dos sentidos, traduzidos na busca de contatos sem contatos, abrem-se então a relações de força de extrema violência a um corpo a corpo, a um face a face entre fortes e fracos. A recusa da relação com os limites, a negação de forma de ritualização e de separação dos corpos e dos espíritos, específica da comunidade estética, é igualmente própria às lógicas sectárias (p. 117).

Poderíamos afirmar que Haroche estabelece uma nova discussão sobre a distância e a proximidade, sobre o papel da proxêmica na constituição simbólica dos indivíduos, retomando autores que se preocuparam com as transformações das espacialidades e temporalidades sociais, mas avançando criticamente no que estas mudanças podem trazer para a (re- ou des-) constituição do pensamento. A Parte III começa com um texto que ela denomina como “Maneiras de ser e sentir do indivíduo hipermoderno”.

Gauchet, por exemplo, observa o apagamento da distância nas relações com o outro e na relação consigo mesmo, no que chama de “aderência a si” transformada em traço característico da personalidade contemporânea (GAUCHET, 1998). “Neste contexto”, concorda Haroche, “desenha-se um modelo de personalidade *paradoxalmente irrefletida* e imersa numa *autorreflexividade permanente*”. Dessa forma, “a personalidade hipermoderna se *caracterizaria pela ausência de engajamento*, com a qual o indivíduo está ‘ligado, porém distante’” (idem, ibidem).

Em termos similares, Bauman, lembra Haroche, sublinha um desengajamento análogo nos comportamentos e vê na mobilidade, no deslocamento incessante, a quintessência do poder nas sociedades contemporâneas.

Em sua descrição da atmosfera do funcionário e de seu modo de vida, do trabalho, da cidade, percebe que “nada permanece parecido, imutável, durante muito tempo, nada dura o suficiente, acolhedor e tranquilo”, nada responde, portanto, às aspirações de vínculo e à necessidade de pertença (p. 128).

Este deslocamento incessante, neste fluxo contínuo de efeitos sensoriais, levaria a importantes fenômenos de des-institucionalização: da família, da vida em sociedade. É evidente que os processos de institucionalização característicos da reafirmação dos estados nações levaram não só a uma estabilidade de sentidos (do que seja o jurídico, do que seja o religioso, o familiar o pedagógico etc.), como também a uma cristalização efetiva dos espaços relacionais de poder em que os indivíduos estavam enredados.

Se o desmonte desta consolidação institucional, próprio aos regimes contemporâneos de vivência, com individualidades hipertrofiadas, por um lado, permite movências inauditas do sujeito, deslocamentos contínuos de identificação (o que poderia apontar para uma contínua des-cristalização da relação de poderes, de um incessante deslizamento das relações discursivas na sociedade), por outro, pode mesmo instituir personalidades descontínuas e inapreensíveis (e, por isso mesmo, sem a necessária capacidade reflexiva, única possibilidade para o enfrentamento crítico do poder e do sentido estabilizado).

Parece ser esta a questão de fundo, a problematização pela autora de aspectos da contemporaneidade que parecem, à primeira vista, ser um desdobramento da soberania crescente dos indivíduos nas democracias consolidadas. Haroche recorre novamente a uma “antropologia da democracia” de Gauchet para reafirmar com ele e com Legendre e Castoriadis o processo de desinstitucionalização contínua nas sociedades atuais: resultado de um “aumento do princípio da individualidade”, que contribui para anular, em cada indivíduo, o reconhecimento e a “inscrição psíquica” da “precedência do social”.

Com isso, observa, mesmo nos movimentos organizados, algo de contraditório, na medida em que as reivindicações, hoje, acompanham-se muitas vezes de uma “sensibilidade extrema em relação ao eu e são indissociáveis de reivindicações identitárias que se traduzem em formas de individualismo e narcisismo dificilmente compatíveis com a própria ideia de sociedade democrática” (p. 135).

Ao finalizar a terceira parte do livro, já apontando para o momento seguinte, em que discute efetivamente as consequências do hiperindividualismo, das mudanças temporais e espaciais para o que chama de “estreitamento da consciência” e da reflexão, Claudine Haroche mostra que, nas sociedades contemporâneas, é de novo a transformação do sensível – com a supremacia do olhar – que vai estabelecer novos padrões de pensamento e comportamento: ao apagar as dimensões não visíveis da pessoa. Se o tempo do diálogo se esvoaça, se ele é percebido somente no que lhe é visível, o que fica do espaço de interioridade, espaço constitutivo dos direitos democráticos à subjetividade, à autopreservação?

Em outras palavras, para Haroche, a mudança na divisão do trabalho dos sentidos, da sensorialidade e da sensibilidade, traz implicações significativas para a reflexão sobre o direito e o político (p. 163-164).

Chega-se então à quarta parte da obra, em que a historiadora francesa começa por resgatar algumas reflexões sobre a relação entre o empobrecimento do espaço interior e os processos psicológicos e sociais de uma forma de violência muito específica, que vem sendo estudada com atenção pela autora desde trabalhos anteriores:

A humilhação nas sociedades de consumo de si não é idêntica à humilhação nas sociedades de produção. A superficialidade, o desengajamento – tanto nas relações individuais, pessoais, privadas, quanto nas relações entre os grupos – situam-se, hoje, no centro dos processos de alienação e humilhação no individualismo contemporâneo e nas sociedades de consumo. Ser o outro, o parceiro numa relação desengajada – em que não se tenha atenção, consideração e reconhecimento nem existe *a fortiori* um sentimento de valorização – torna-se humilhante, pois releva a instrumentalização e o intercambiamento entre os indivíduos e a desvalorização e o sentimento de si mesmo e do futuro. A privação específica de si e o sentimento mais do que a consciência se encontram no cerne da humilhação nas sociedades de consumo (p. 179-180).

Mais à frente, enlaçando os aspectos sensoriais das novas sociedades, com a propensão à violência dos espaços de convivência, a supressão dos limites entre “eus”, a perda da dimensão da interioridade, Claudine Haroche pergunta sobre o quadro atual: “Serão inéditas suas formas atuais, em que se impõem a necessidade de refletir atentamente sobre o papel do movimento, da sensação e do corpo na capacidade de pensar e no exercício de uma consciência moral?” Para contribuir ela mesma com a resposta em forma de abertura de campo de preocupações:

Reforçado pela falta de tempo, pelo desengajamento, pela aceleração dos fluxos sensoriais e de informação, e pela fluidez das sociedades contemporâneas, o exercício da consciência se vê, por exigência de produtividade intensa, tornando ainda mais intensa a descontinuidade, a fragmentação e, em consequência, a superficialidade e a falta de discernimento (p. 198).

É quando Haroche, recorrendo mais de uma vez à leitura de Max Weber, explora como novo campo de preocupações para historiadores e pensadores sociais a necessidade de aprofundamento de “nuanças impalpáveis e inacessíveis”, da consciência e da intimidade. Estas transformações correntes promovem “o desencantamento e mal-estar”, ao mesmo tempo que, ocultas nas “regiões mais sensíveis e profundas da subjetividade”, conduzem-nos a “atitudes de convivência que podem, pouco a pouco, e de forma insidiosa, levar-nos a niilismo difuso e a uma violência extremada (p. 198).

Ao longo do livro, é curioso como um dispositivo fundamental para a compreensão desses fluxos contínuos e efeitos incessantes parece ser ignorado, dispositivo que são os próprios meios de comunicação, as próprias *mídias*, como se convencionou chamar no Brasil. Não passa despercebido, no entanto, e é no último capítulo do livro que a autora deixa claro que nunca ignorara o papel das mídias neste novo contexto:

O efeito fundamental das mídias consiste, portanto, em encorajar e desenvolver uma cultura dos sentidos e sensações, por intermédio de estímulos, e em controlar a alternância entre a capacidade de atenção e de desatenção. Em virtude de seu tipo de funcionamento, as mídias provocam e incrementam a desatenção de cada um – a ausência de reflexão, a superficialidade –, assegurando-se e aproveitando-se dela em imagens, informações, espetáculos, acontecimentos e solicitações visuais e auditivas que não requerem reflexão. Esta é passível de exprimir críticas, resistências, recusas, mas necessita de tempo. Em outras palavras, as dificuldades de perceber têm a ver com a sensação contínua e a ausência de limites e de referências sólidas e duráveis (p. 211).

A condição sensível, portanto, é, mais do que temática, um campo de preocupações que merece um debate continuado, atento, visto que também a academia não está imune aos efeitos político-antropológicos identificados pela autora.

Considerações finais

Na apresentação da edição brasileira do livro de Claudine Haroche, o psicanalista Joel Birman ressalta a integralidade do trabalho da colega francesa. Mostra como a autora faz ressoar, sem arestas, cada reflexão sobre as outras, a parte sobre o todo, num entrelaçamento bastante coeso de problemáticas.

De certa forma, o objeto-alvo de Haroche exige esta exposição nos moldes de uma “sinfonia teórica” bem arranjada, polifônica nas temáticas, mas absolutamente lógica nos diálogos que entretêm com o pensamento social, histórico, jurídico, psicológico e filosófico. O progressivo processo de adensamento da reflexão, em que a parte posterior realimenta e é realimentada pelas questões antecedentes, deixa clara a consciência da autora de que só por meio de uma abordagem sistematizada é possível dar conta das transformações do sensível na contemporaneidade.

Como especificar, sem atentar para sua ressonância sobre o todo, a proeminência da visão sobre os outros sentidos, sem discutir os efeitos que isto traz sobre a evasão da interioridade? Como pensar esta outra mudança, sem discutir a supressão dos limites entre “eus”, que, necessariamente, vai nos fazer pensar sobre formas distintas de violência e humilhação, fundadas na contemporaneidade? Como pensar este presente sem prover ao leitor uma arqueologia dos espaços de convivência, do papel da moderação dos gestos e da deferência lá na constituição do sujeito do nascente Estado Moderno?

Contrariamente ao que se pode pensar, no entanto, Haroche, apesar da sistematicidade do pensamento nesta obra, não se permite encaminhar para um fechamento de razões e explicações. Em vez disso, finaliza o livro com perguntas, questões a serem trabalhadas por ela e pelos seus interlocutores, ou por qualquer um ainda não absorto na fugacidade dos estímulos continuados das sociedades contemporâneas:

A duração, a estabilidade, o sentimento de continuidade, a confiança e a profundidade constituem necessidades psíquicas fundamentais que tendem, cada vez mais, a se ausentar: constituintes de nossa humanidade, como levá-las em conta, satisfazê-las se, como disse Bergson, “tudo passa, nada existe”? É possível descartar a ancoragem espaciotemporal? A que se destinaria, então, a ancoragem psíquica? As classificações, as categorias, a própria noção de classificação de categoria da percepção, podem ser pensadas na fluidez? A que modos de existência, a que estados, a que condição as metamorfoses do sensível nos destinam nas sociedades fluidas? (p. 226).

Com a resposta, cada um de nós.

Notas

¹ Em relação ao original francês, há pequenas diferenças na divisão dos capítulos por partes do livro. O terceiro da Parte III encontra-se como o primeiro da Parte IV, que contém assim quatro capítulos, e não os três previstos na edição brasileira. Os títulos também sofreram algumas adequações, que não chegam a trazer diferenças substanciais em relação ao original.

² Sempre lembrando que o título do livro em francês aponta para o “Futuro do Sensível”.